



Medidas Socioeducativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul: o desafio da Municipalização

Carla Cristina Rambo Becker¹, Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi², Prof. Dr. Francisco Arseli Kern³, Mauro José Gaglietti⁴, Profa. Dra Beatriz Gershenson Aginsky⁵ (orientador)

Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH).

Resumo

O Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos da Faculdade de Serviço Social da PUCRS – GEPEDH através de suas produções e pesquisas realizadas com a articulação entre alunos de graduação e pós-graduação e de docentes-pesquisadores, visa contribuir para a qualificação das políticas públicas na perspectiva da garantia dos Direitos Humanos.

A presente pesquisa intitulada Medidas Socioeducativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul: o desafio da Municipalização, financiada pelo CNPq (Edital Produtividade – PQ 2009) nasceu do percurso de estudos e pesquisas realizados no GEPEDH, e busca contribuir para qualificar a política da socioeducação em meio aberto. Tendo em vista a pouca produção sobre os desafios da municipalização no atendimento em meio aberto e por ser este um processo ainda recente, é relevante que sejam desenvolvidos estudos sobre essa temática.

O estudo, visa analisar o processo de municipalização do atendimento das medidas socioeducativas no Estado do Rio Grande do Sul na interface com o Sistema Nacional de

¹ Graduanda da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Assistente de pesquisa, integrante do GEPEDH, FSS-PUCRS.

² Doutora em Serviço Social pela University of Toronto. Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, pesquisadora associada da do GEPEDH.

³ Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente e coordenador de graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Pesquisador Associado do GEPEDH.

⁴ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, professor e pesquisador, em Passo Fundo (RS), da Fundação Meridional (IMED). Pesquisador Associado do GEPEDH.

⁵ Professora e diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos – GEPEDH, FSS-PUCRS.

atendimento Socioeducativo (SINASE) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São considerados os apontamentos sinalizados pelo SINASE e a política do Governo Federal de co-financiamento, através do Ministério do Desenvolvimento Social, do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Busca-se dar visibilidade às demandas por garantias de direitos humanos dos adolescentes em cumprimento destas medidas em meio aberto e, também, identificar as potencialidades e fragilidades do Sistema Socioeducativo com atendimento municipalizado em relação às medidas de LA e PSC.

A pesquisa foca-se nas características dos programas e das unidades de execução envolvidas no atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul. Incluindo os arranjos institucionais que os sustentam, o perfil dos adolescentes inseridos neste atendimento, os serviços que lhes são disponibilizados, as formas que se materializam nos planos de atendimento socioeducativo dos adolescentes e na qualidade dos serviços prestados tendo em vista os princípios estabelecidos pelo SINASE.

Pretende também entender como o atendimento de forma municipalizada das medidas em meio aberto dialoga com o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (varas, promotorias, delegacias, Ministério Público, serviços de saúde, assistência social, rede escolar, entre outros) enfatizando a articulação com a Política Nacional de Assistência Social e o SUAS.

No Rio Grande do Sul, no ano de 2002, a então FEBEM elaborou o Programa de Execuções de Medidas Sócio-Educativas – o PEMSEIS -, que definiu princípios e diretrizes básicas para a execução das medidas sócioeducativas de internação e semi-liberdade em todo o Estado. No Rio Grande do Sul, visualiza-se um quadro bastante heterogêneo do atendimento as medidas socioeducativas de meio aberto, pois convivem distintos arranjos, sendo que co-existem municípios executando as medidas de meio aberto no modelo judiciariocêntrico, outros através de iniciativas do executivo municipal e outros através de parcerias entre o município e ONGs.

A pesquisa proposta, do tipo diagnóstico situacional, tem por base uma abordagem de natureza qualitativa e também quantitativa sobre a situação do atendimento municipalizado das medidas socioeducativas em meio aberto. Quanto aos instrumentos serão aplicados dois questionários, um para informantes-chaves do sistema socioeducativo como um todo, e outro para os gestores dos programas/serviços nos municípios/distrito. Serão incluídos 09

municípios na coleta de dados, sendo que o critério de inclusão é ser município onde haja unidade de privação de liberdade e programa de atendimento de meio aberto. Portanto o universo de municípios corresponde a: Porto Alegre, Santo Ângelo, Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Maria, Uruguaina, Pelotas, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Tanto os dados coletados nas fontes documentais e nos questionários serão analisados através da técnica de análise de conteúdo baseados em Bardin (1977), e as informações quantificáveis receberão tratamento estatístico simples. Na etapa atual os instrumentos da pesquisa estão sendo confeccionados para testagem e submissão a apreciação no Comitê do Comitê de Ética.

Referências

- BANGO, Júlio. **Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios**. In: FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro. Edições 70, 1977.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica. Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.
- BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social*. 1993
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal 8069/90.
- MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, EVA M. **Técnicas de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. In: MARTINELLI, M. L. (Org.) *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.
- SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO-SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.